

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Geradoras aprovam PL do risco hidrológico	2
Título: Curtas	3
Título: Brasil devolve 42% do gás que produz para os poços	3
Título: Destaques	5
Título: Caixa lança modelo de concessões	6
Título: Eletrobras segue confiante em capitalização	7
Título: Perdas da Energisa crescem com provisão no 2º tri.....	8
Título: Para Ultra, pior momento da crise ficou para trás	10
Título: Governo define queda da mistura de biodiesel	11
Título: Governo avança em conversas com megafundo saudita	12
Título: O risco de grupos estrangeiros controlados por chineses.....	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Lupa.....	17
Título: Senado aprova projeto que cria fundo para gasodutos com renda do pré-sal	18
Título: Vítimas de Brumadinho enfrentam recursos da Vale.....	18
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: A renovação da economia	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/08/2020****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: Geradoras aprovam PL do risco hidrológico**

As geradoras de energia receberam com entusiasmo a aprovação, no Senado, do projeto de lei que trata da compensação pelo risco hidrológico. A percepção, entre executivos consultados pelo **Valor**, é de que a medida encerra um impasse de cinco anos em torno do assunto e vira a página na pauta do setor, abrindo caminho para que a discussão sobre o novo marco regulatório avance no Congresso. Ao mesmo tempo, as empresas começam a contabilizar os efeitos da medida sobre as suas concessões.

A estimativa no mercado é que as geradoras terão direito a ampliar entre dois e três anos os prazos de suas concessões. A Eletrobras, por exemplo, estima que tem cerca de R\$ 4 bilhões a serem incorporados na extensão dos prazos de concessão de suas hidrelétricas, enquanto a Copel estima que o valor de seu passivo, a ser convertido na extensão dos contratos, é de R\$ 800 milhões. O valor, contudo, ainda será devidamente calculado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O projeto promete encerrar a judicialização do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês). O GSF é a sigla para a relação entre o volume de energia previsto para ser gerado pelas hidrelétricas e o que de fato é fornecido por elas. Essa equação, nos últimos anos, atingiu déficits expressivos devido, em parte, a fatores alheios à operação das usinas - que conseguiram liminares na Justiça para não arcar com a exposição. Com isso, a inadimplência no setor superou os R\$ 8 bilhões no mercado de curto prazo.

Pelos termos do PL, as hidrelétricas deverão retirar suas ações judiciais e quitar (em parcelas) os valores em aberto no mercado de curto prazo - em contrapartida, terão a extensão da concessão das usinas para reaver os custos decorrentes de fatores externos. “Isso traz segurança jurídica e ajudará a destravar investimentos”, comentou o presidente da AES Brasil, Ítalo Freitas.

Para o presidente da Copel, Daniel Slaviero, o projeto é a notícia mais relevante para o setor desde a MP 579/2012, que visava reduzir a conta de luz elétrica por meio da renovação antecipada de concessões. “Só que dessa vez o impacto estrutural tem viés positivo”, disse o executivo.

Ele ressalva que ainda é preciso uma solução para evitar novos problemas com o risco hidrológico daqui para frente, mas acredita que o PL permite que o

marco regulatório do setor seja debatido “de forma mais objetiva e tranquila”. “A solução para o GSF traz boas perspectivas para a discussão sobre a modernização do setor”, concorda o presidente da Engie Brasil Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Demanda de petróleo

A Agência Internacional de Energia previu, em seu relatório mensal, queda mais acentuada na demanda global de petróleo por causa da pandemia. Para 2020, a agência espera demanda de 91,1 milhões barris por dia, uma queda anual de 8,1 milhões de barris/ dia.

Emissões de metano

O governo de Donald Trump anunciou ontem o fim do controle de emissões de metano nos poços de petróleo, revertendo uma regra ambiental do governo Barack Obama. A medida pode prejudicar quem vende o gás natural como alternativa verde ao carvão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Especial

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Brasil devolve 42% do gás que produz para os poços

Sem um mercado robusto e com limitações no acesso à infraestrutura de escoamento, o Brasil devolve para seus poços 42% de todo o gás natural que produz diariamente. O volume reinjetado nas jazidas quase dobrou - de 27,6 milhões para 52,6 milhões de metros cúbicos por dia - nos últimos quatro anos, período que coincide com o aumento da exploração no pré-sal.

As petroleiras, incluindo a Petrobras, defendem esse processo e enfatizam sua importância para maximizar a produção de óleo nos reservatórios. Para a indústria e especialistas, embora haja razões técnicas para a reinjeção, isso significa dar um uso menos nobre ao gás e enterrar a possibilidade de uma energia mais barata aos consumidores. De qualquer forma, uma parte do que volta para os poços não é mais recuperada e se perde para sempre.

O novo marco legal do gás, pronto para votação no plenário da Câmara dos Deputados, pode mudar essa equação. Um dos pontos do projeto de lei (PL

6.407 de 2013) é a garantia de “acesso não discriminatório e negociado de terceiros” aos gasodutos de escoamento da produção. São os dutos, no início da cadeia, que ligam os poços produtores às unidades de processamento de gás (UGPNs). Hoje o acesso à infraestrutura pode ser simplesmente recusado por seus donos, mesmo se houver ociosidade, por mera opção comercial.

Além dos obstáculos no acesso à infraestrutura, o CEO da consultoria Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, aponta entraves técnicos e econômicos. O grande eixo de crescimento da produção nos últimos anos foi o pré-sal, que tem petróleo leve e com baixo teor de enxofre, mas um gás associado com elevada concentração de gás carbônico. “Em campos como Búzios, por exemplo, o percentual é bastante alto”, afirma.

Para evitar a formação de ácidos nos dutos e aumentar a recuperação de petróleo retido nos poços, mantendo a pressão nos reservatórios, reinjeta-se não apenas água, mas o próprio gás natural. “A falta de infraestrutura é um problema, mas às vezes a reinjeção é a melhor solução técnica.”

Em seminário virtual organizado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), em junho, a diretora de refino e gás natural da Petrobras, Anelise Lara, argumentou que o processo de reinjeção “tem o potencial de aumentar a produção de dez a 15 pontos percentuais”. “Obviamente não podemos abrir mão dessa riqueza. São bilhões de barris de petróleo que podem ser produzidos a mais se considerarmos esses campos”, observou a executiva.

Para alguns críticos, no entanto, os volumes de reinjeção cada vez maiores indicam ausência de prioridade na criação de um mercado de gás. Desde 2011, enquanto a produção nacional subiu cerca de 90%, a quantidade de gás devolvido aos poços cresceu 375%. No campo de Urucu (AM), mais da metade do que sai volta à terra por impossibilidades de escoamento do insumo.

O superintendente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, diz que um preço mais alinhado aos valores internacionais poderia reativar imediatamente uma demanda de 5 milhões de metros cúbicos por dia.

Belmonte comenta que setores como o químico, de fertilizantes e siderúrgico deixaram de consumir gás nos últimos anos por causa dos altos preços. Nesses casos, não se trata apenas de uma fonte de energia, mas matéria-prima usada nos processos produtivos.

O problema da reinjeção, segundo ele, é que parte do gás não retorna mais. “Pode interessar às petroleiras, mas interessa à União? Os especialistas

calculam que cerca de 30% do que é reinjetado se perde definitivamente”, diz o representante da indústria.

Na semana passada, diversas associações do setor industrial e de segmentos afetados entregaram ao deputado Laércio Oliveira (PP-SE) uma carta de apoio à aprovação da Lei do Gás. O projeto de lei, relatado por Laércio, já teve requerimento de urgência aprovado e espera votação no plenário da Câmara. Depois, ainda terá que passar pelo Senado antes de seguir à sanção presidencial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale amplia no Pará

O conselho de administração da Vale aprovou a implantação do Projeto Serra Sul 120 no município de Canaã dos Carajás, Pará. O projeto consiste no aumento de capacidades da mina e da usina de S11D em 20 milhões de toneladas por ano, com investimentos de valor plurianual de US\$ 1,5 bilhão. O início é esperado para o primeiro semestre de 2024. Com a antecipação de Serra Sul 120 e atraso na execução de projetos em 2020 por causa da pandemia, a empresa vai revisar e atualizar a projeção de investimentos para 2021, atualmente de US\$ 5 bilhões, e para o período entre 2022 e 2024, com média de US\$ 4,5 bilhões.

Fim do impasse do GSF

O Senado aprovou ontem o projeto de lei 3975/2019, que resolve a judicialização do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês). O fim do impasse, que se estende desde 2015, libera um passivo de cerca de R\$ 8,7 bilhões no mercado de curto prazo de energia e deve restabelecer a normalidade das operações, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Pelos termos do projeto de lei aprovado, as hidrelétricas deverão retirar suas ações judiciais relacionadas ao GSF e quitar os valores em aberto no mercado de curto prazo, que poderão ser parcelados pela CCEE. Em contrapartida, as companhias terão o prazo de suas concessões estendidos - estima-se que a ampliação seja, em média, de 2 a 3 anos. O texto vai à sanção presidencial e ainda precisa ser regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/08/2020****Seção: Empresas****Autor: Talita Moreira — De São Paulo****Título: Caixa lança modelo de concessões**

Três projetos de iluminação pública vão a leilão nesta sexta-feira na B3, na primeira leva de uma série de parcerias público-privadas (PPP) estruturadas pela Caixa e por agências multilaterais. Serão abertos hoje os envelopes com as propostas dos interessados nas concessões de Aracaju (SE), Feira de Santana (BA) e Franco da Rocha (SP), que contaram com assessoria do banco e da International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial para investimentos no setor privado.

O certame coloca em prática um modelo que o banco estatal planeja acelerar daqui para a frente para viabilizar concessões e PPPs. A ideia é que a Caixa, com apoio das agências multilaterais, assessorie municípios na preparação de projetos para oferecer à iniciativa privada. Os estudos são conduzidos por meio do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (FEP), criado pelo governo em 2017 e administrado pela instituição financeira.

“A Caixa oferece apoio legal, auxilia no roadshow, na consulta pública e dá treinamento dos entes municipais que vão acompanhar o andamento depois”, afirma Tatiana Thomé, vice-presidente de governo do banco.

Nos três casos já estruturados, as concessões serão arrematadas pelas empresas que cobrarem o menor valor pela prestação dos serviços de ampliação e modernização dos parques de iluminação pública dessas cidades. A tarifa será cobrada na conta de luz. “A lógica é quem faz mais barato”, diz a executiva.

A expectativa é que Aracaju, Feira de Santana e Franco da Rocha recebam mais de R\$ 570 milhões em investimentos. Esses municípios atraíram, respectivamente, 16, 11 e oito propostas. O prazo da concessão é de 13 anos, pouco menor que a duração da vida útil das lâmpadas de LED. Há metas de economia de energia e outras métricas previstas em contrato, desenhadas conforme a realidade de cada município. O acompanhamento será feito por um verificador independente.

Um efeito indireto esperado, segundo Tatiana, é que haja melhoria nos indicadores de segurança pública de alguns municípios - uma vez que, em

muitos casos, se vê correlação entre a má qualidade da iluminação urbana e casos de violência.

O FEP e o IFC entraram, cada um, com 45% do valor gasto nos estudos e na elaboração dos projetos. Os municípios entraram com os outros 10%. A empresa que arrematar a concessão terá de ressarcir o banco de fomento e o fundo, que se retroalimentará dessa maneira. O FEP tem R\$ 167 milhões integralizados.

De acordo com Tatiana, a Caixa já tem mais 25 contratos em andamento com prefeituras, com investimentos estimados em R\$ 8,3 bilhões. Está previsto para novembro o leilão dos serviços de iluminação pública em Campinas (SP), Belém, Sapucaia do Sul (RS) e Nova Lima (MG).

A previsão é chegar a 138 projetos no fim de 2021. Além de parcerias em iluminação pública, está na programação do banco atuar em concessões de gestão de resíduos sólidos e saneamento. Para selecionar os projetos, o FEP faz um chamamento público dos municípios interessados em oferecer concessões ou PPPs nessas áreas. Feita a seleção, o corpo técnico da Caixa avalia a viabilidade econômico-financeira, jurídica e ambiental. A partir daí, é realizada a modelagem e se prepara a licitação. Além do IFC, o fundo tem parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Agence Française de Développement (AFD).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Eletrobras segue confiante em capitalização

A “debandada” no Ministério da Economia, que culminou na saída do secretário de Desestatização, Salim Mattar, “não é uma coisa boa” para a pauta da capitalização da Eletrobras, disse o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior. O executivo, no entanto, afirmou que segue confiante no avanço do projeto, no Congresso, e que acredita que a operação será sacramentada “com certeza em 2021”.

“Por óbvio, perder uma pessoa com a dinâmica e vontade do Salim Mattar não é coisa boa, mas o processo não é de uma pessoa só. O compromisso do governo [com privatizações] não foi alterado” comentou Ferreira Júnior, ontem, em teleconferência com analistas.

Segundo ele, a tramitação do projeto da capitalização da Eletrobras, no Congresso, atrasou devido a um evento extraordinário, a pandemia da covid-19,

que impôs uma nova agenda, mais emergencial, voltada para a “proteção da sociedade”. “É uma agenda intransponível, é prioritária, a gente tem que entender isso”, afirmou.

O executivo disse acreditar, no entanto, que a capitalização da Eletrobras seja retomada no segundo semestre e concluída entre o fim deste ano e início de 2021. Segundo ele, a operação é “simples” de ser realizada e demandaria, por parte da Eletrobras, cerca de 90 dias para ser sacramentada, após a aprovação no Congresso. Ou seja, se a tramitação do PL for concluída no início de 2021, a empresa teria condições de fazer a capitalização no segundo trimestre, por exemplo. “Tenho certeza que fazemos a operação em 2021”, comentou.

Essencialmente, a proposta é que seja feita uma chamada de capital, com aporte somente de acionistas privados, no valor de cerca de R\$ 14 bilhões. Com essa operação, a fatia da União na companhia cairia dos atuais 63% para 49%.

Questionado sobre as mudanças em discussão no texto original do projeto sobre a capitalização, Ferreira Júnior disse que o PL conta hoje com uma compreensão maior por parte dos parlamentares, mas que é possível que “projetos compensatórios” sejam adicionados ao PL. Ele também destaca que a discussão sobre a inclusão de uma ‘golden share’ [ação especial, da União, com direito a veto em decisões estratégicas] é “um debate que tem de ser feito”.

Como parte do processo de capitalização da Eletrobras, o governo prevê a criação de uma nova estatal para gestão da participação brasileira na Itaipu Binacional, Eletronuclear e nos programas governamentais para o setor elétrico. **O Ministério de Minas e Energia** já solicitou R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para a criação dessa nova empresa, que ficará com 51% do capital votante e 25,5% do capital total da Eletronuclear. Segundo Ferreira Júnior, a expectativa é que a iniciativa privada possa entrar no restante do capital da empresa de energia nuclear.

“Na largada, a Eletrobras terá 74,5% [da Eletronuclear], mas para a conclusão da obra [de Angra 3] precisará de dinheiro. Nessa condição podemos ter sócio privado na Eletronuclear, para compor a obra”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Perdas da Energisa crescem com provisão no 2º tri

Quinto maior grupo distribuidor de energia elétrica do país, a Energisa sentiu os impactos da pandemia nos negócios no segundo trimestre. Juntas, as onze

distribuidoras da companhia enfrentaram uma redução de mercado da ordem de 5% em relação ao mesmo período de 2019. Já a inadimplência subiu, refletindo a proibição dos cortes de fornecimento para algumas classes de consumidores.

Entre abril e junho, a Energisa viu seu prejuízo líquido aumentar quase dez vezes no comparativo anual, para R\$ 88 milhões. No mesmo período, o Ebitda recuou 11,2%, para R\$ 727,4 milhões, enquanto a receita operacional líquida mostrou retração de 3,6%, para R\$ 3,873 bilhões.

O resultado foi afetado por efeitos não recorrentes, ligados principalmente à pandemia. O principal deles foi a constituição de uma provisão de R\$ 163,2 milhões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

“No ano passado, estávamos com R\$ 173 milhões para devedores duvidosos, agora estamos com R\$ 370 milhões. Desse total, R\$ 188 milhões estão relacionados especificamente à pandemia, é um incremento além do que era natural”, explicou ao **Valor** o diretor financeiro, Maurício Botelho.

O executivo entende que parte desse efeito de inadimplência pode permanecer mesmo com o retorno dos cortes. Apesar disso, ele observa que o consumo de energia já vem se recuperando nos últimos meses, e que a inadimplência também apresenta melhora. “Começamos a ter sinais de recuperação em julho, agosto, justamente pela reabertura nos estados. Há uma perspectiva positiva para o terceiro trimestre em diante”, disse.

Mesmo com os resultados machucados pela crise, Botelho destaca que, em base semestral, a companhia teve lucro líquido de R\$ 493,7 milhões, 311,7% superior ao da primeira metade de 2019.

A companhia espera ainda retomar junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o tema das revisões tarifárias extraordinárias das distribuidoras Ceron e Eletroacre, adquiridas da Eletrobras. Os reequilíbrios para atualizar a base de ativos estavam previstos no modelo de privatização adotado, mas foram negados pela Aneel. Segundo Botelho, a expectativa é de que o recurso apresentado pela Energisa seja julgado em breve. “O aniversário da tarifa dessas empresas é em dezembro, acredito que isso será apreciado para finalmente encerrarmos esse assunto. Podemos oferecer a devolução da ‘Conta Covid’ já nesse evento tarifário de dezembro, isso é um item que pode amortecer o incremento”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 14/08/2020****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Para Ultra, pior momento da crise ficou para trás**

Para o grupo Ultra, dono da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz, Ultracargo, Extrafarma e, mais recentemente, da Abastece Aí, o segundo semestre deve ser marcado pelo reaquecimento contínuo da atividade econômica no país e recuperação dos resultados da distribuidora de combustíveis Ipiranga, operação mais atingida pela crise desencadeada pela covid-19. “A nosso ver, as principais dificuldades ficaram para trás”, disse o presidente da Ultrapar, Frederico Curado, em teleconferência.

No segundo trimestre, a holding do grupo teve lucro atribuível aos acionistas da companhia de R\$ 41,1 milhões, queda de 62% em um ano. A receita líquida recuou 27%, a R\$ 15,9 bilhões, e o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado caiu 10%, para R\$ 611 milhões. Para Curado, o gerenciamento das operações no período mais crítico da crise se mostrou eficiente e o Ultra teve desempenho melhor do que o previsto. “Conseguimos atravessar esses três meses até melhor do que esperávamos.”

Nesse período, a companhia manteve o foco na saúde de seus colaboradores e na manutenção das operações, mas também foi pró-ativa no suporte a clientes, com vistas a preservar a integridade de toda a cadeia. Nessa frente, comentou Curado, o grupo renegociou contratos e prestou apoio em capital de giro, entre outras iniciativas. “Conseguimos assegurar a continuidade das cadeias e mantivemos o nível de inadimplência controlado, sem crescimento no trimestre”, contou.

Para a Ipiranga, a perspectiva para os próximos meses é de manutenção da retomada gradual de volumes e resultados, que tem sido notada desde maio. Ainda assim, os números devem ser inferiores aos vistos no ano passado, segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da Ultrapar, André Pires. Em um ano, o resultado operacional da distribuidora de combustíveis encolheu R\$ 332 milhões, para R\$ 179 milhões no segundo trimestre, na esteira da queda dos preços dos combustíveis, da forte retração da demanda e da perda elevada de estoque com a desvalorização do petróleo.

Para a Ultragaz, distribuidora de GLP do grupo Ultra, a expectativa é de recuperação nos volumes de venda no segmento a granel, mais afetado pelas medidas de distanciamento social, e manutenção do desempenho positivo no envasado, que cresceu 8% no segundo trimestre com o maior consumo nas

residências. Diante disso, afirmou Pires, a previsão é a de “continuidade de resultados sólidos e consistentes”.

Na Ultracargo, de armazenamento de granéis líquidos, a tendência é de estabilidade no uso da tancagem disponível e recuperação gradual da movimentação ao longo do segundo semestre. “O foco permanece em expansões de capacidade e aumento também nos portos em que a Ultracargo já atua”, afirmou.

Para a Oxiten, de especialidades químicas, a perspectiva para os próximos meses é de manutenção do volume de venda nos segmentos que tiveram desempenho positivo no auge da crise, como agronegócio e higiene e limpeza, e recuperação gradual naqueles que foram mais afetados, sobretudo tintas. “O câmbio mais o ‘ramp-up’ da fábrica de Pasadena trazem a perspectiva de crescimento do Ebitda em relação ao ano passado”, disse Pires.

Já a rede de varejo farmacêutico Extrafarma, que teve de fechar 7% de suas unidades por causa das regras de isolamento social, tem hoje todas as lojas em operação. Além disso, as vendas de medicamento permanecem fortes, apesar do menor fluxo de clientes, o que desenha uma tendência de melhora dos resultados recorrentes na comparação com o ano passado, conforme o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Marcela Caetano e Rafael Walendorff — De São Paulo

Título: Governo define queda da mistura de biodiesel

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou ontem, em webinar na Biodiesel Week, evento promovido pela União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), que o percentual de mistura do biocombustível no diesel fóssil vendido no país será reduzida de 12% para 10%.

Segundo Albuquerque, neste mês de agosto, durante a realização do leilão L75 [75º Leilão de Biodiesel], foi verificado “um desbalanço da oferta do biocombustível frente à demanda para o próximo bimestre”, conforme realçou a agência Reuters. “Assim, chegamos à conclusão de que não haverá volumes suficientes para atender o percentual de mistura de 12% para os meses de setembro e outubro”.

Embora o ministro tenha feito questão de afirmar que a medida não caracterizava uma diminuição da relevância da “exitosa” política de mistura

para o governo federal, o anúncio pegou o segmento de surpresa e gerou uma enxurrada de críticas da cadeia produtiva.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que representa grandes tradings de grãos que atuam no país, lamentou a decisão do MME e da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em nota, a entidade disse que a falta de biodiesel somente poderá ser comprovada após o cumprimento do que está previsto no edital. Ou seja, após a conclusão do L75, que segue paralisado, e da realização de um leilão complementar, caso de fato fosse evidenciado que as vendas seriam insuficientes.

“Havia um compromisso do MME e da ANP de, qualquer que fosse a decisão, esta seria comunicada oficialmente aos setores envolvidos para evitar especulações no mercado. Infelizmente, houve uma comunicação pública antes que o setor fosse informado”, reclamou a Abiove.

Ao ter anunciado a redução da mistura para 10% antes do fim do L75, afirmou a entidade, os órgãos oficiais podem estar desprezando 1,16 milhão de m³ comercializados nas etapas já realizadas do L75. “A indústria não admite o cancelamento das vendas realizadas, visto que essa ação causaria colapso na cadeia produtiva da soja e na comercialização de óleo, dado que a matéria-prima já foi comercializada. Há também compromissos firmados com as vendas de farelo de soja”, disse.

Juan Diego Ferrés, presidente da Ubrabio afirmou que os fatores de determinaram a redução não necessariamente se relacionam com o problema principal, que é “o desequilíbrio global que temos no complexo soja”. “[A decisão] traz para o biodiesel uma conta que não é dele”.

Erasmus Carlos Battistella, presidente da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), afirmou que a entidade encaminhará ofício ao MME e à ANP pedindo que o leilão interrompido seja retomado de onde parou para que empresas que já firmaram negócios não sejam prejudicadas. Representantes do segmento também buscam apoio no Congresso para reverter a medida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Governo avança em conversas com megafundo saudita

O governo brasileiro deu início às tratativas com o fundo soberano da Arábia Saudita, oitavo maior do planeta, para atrair aportes em projetos de infraestrutura. A intenção é concretizar promessa feita ao presidente Jair Bolsonaro, durante visita ao Oriente Médio em outubro de 2019, de investimentos sauditas de até US\$ 10 bilhões no Brasil.

Na terça-feira, a Casa Civil coordenou reunião virtual entre representantes de sete ministérios e a cúpula do Fundo de Investimento Público (PIF na sigla em inglês), que gere ativos de mais de US\$ 300 bilhões em todo o mundo. A carteira do programa concessões foi apresentada em detalhes. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também participou.

O **Valor** apurou que quatro projetos receberam prioridade nas conversas: a Ferrogrão (ferrovia de 933 quilômetros que ligará Mato Grosso ao Pará), a gestão operacional dos dois eixos de transposição do rio São Francisco, novas concessões de saneamento básico e o perímetro de irrigação do Baixio do Irecê (BA).

No caso da Ferrogrão, cujos estudos de viabilidade foram recém-enviados para análise do Tribunal de Contas da União (TCU), o grande desafio do governo é convencer investidores a entrar em um empreendimento totalmente novo e nas franjas da Amazônia.

A ferrovia tem orçamento estimado em mais de R\$ 8 bilhões e o Ministério da Infraestrutura busca vendê-la no exterior como um projeto “verde”, que diminuirá a emissão de gases-estufa no escoamento de grãos e ajudará a conter o desmatamento na região, ao contrário da ampliação de rodovias, com seu efeito “espinha de peixe” no trajeto. O leilão, previsto para o fim de 2021, enfrenta um grande empecilho: a ausência, por ora, de empresas com interesse firme no projeto.

Segundo descrição de um dos participantes do encontro virtual, os sauditas parecem ser mais pragmáticos e ter mais conhecimento das regras para investimentos no Ocidente do que os chineses. A comparação foi feita porque a China acena com investimentos bilionários na infraestrutura brasileira desde 2015, quando começou a constituir um fundo bilateral de US\$ 20 bilhões e que até hoje não selecionou nenhum projeto para ter aportes.

Diferentemente de Pequim, que costuma adotar o formato de fundos específicos e com regras próprias, os representantes da Arábia Saudita deixaram claro sua preferência por investimento direto como “equity” nos projetos. Ou seja, preferem entrar como acionistas e sem contrapartidas, como fornecimento de equipamentos às obras.

Por outro lado, valorizam a rentabilidade dos empreendimentos. Em outras palavras: pode até haver algum direcionamento, por orientação do príncipe herdeiro Mohammed Bin Salman, mas o PIF não admite ter perdas financeiras em nome da busca de influência geopolítica.

Na sequência da reunião de terça-feira, ficou acertado que haverá outro encontro (com data ainda indefinida) em nível mais alto, com a presença de ministros brasileiros e do “board” do fundo soberano. Esse conselho tem a presença de ministros sauditas, como o de Finanças e o de Investimentos, e é chefiado pelo próprio Bin Salman.

Sob coordenação da Casa Civil, participaram do encontro representantes da Secretaria-Geral, dos ministérios da Infraestrutura, da Economia, de Minas e Energia, do Desenvolvimento Regional, da Agricultura e do Itamaraty.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2020

Seção: Empresas

Autor: Don Weinland e Sherry Fei Ju — Financial Times, de Pequim

Título: O risco de grupos estrangeiros controlados por chineses

Quando Jia Tianjiang, um dos homens mais ricos no noroeste da China, foi incluído em uma investigação sobre corrupção em 2018, executivos a milhares de quilômetros de distância, na Consolidated Minerals, cuja sede fica na ilha de Jersey, começaram a entrar em pânico. A Tian Yuan, empresa de Jia, não apenas comprara o grupo minerador, um dos maiores produtores de manganês do mundo, há menos de um ano; ele também o usara, de imediato, como garantia para receber um crédito de um banco estatal chinês no valor de US\$ 450 milhões, quase o dobro do patrimônio líquido da empresa, conhecida como ConsMin.

“Havia preocupação considerável no topo da companhia de que a garantia de crédito estivesse colocando a Consolidated Minerals em posição financeira precária, até porque representava quase o dobro do seu patrimônio líquido”, disse fonte próxima à empresa.

A queda de um dos homens mais poderosos do setor financeiro estatal chinês provocou tremores no mercado

A alavancagem agressiva por meio de dívidas promovida por Jia acabou tornando-se uma história que serve de alerta para outras empresas compradas por chineses. Nos últimos anos, vários grupos ocidentais (a francesa Baccarat Crystal, a britânica House of Fraser e a americana Seaworld) foram comprados

por chineses endividados apenas para, em seguida, surgirem pressões para que as empresas fossem novamente vendidas.

“No início, elas parecem expandir-se a altas velocidades”, disse Violet Ho, diretora-gerente sênior da firma de consultoria de riscos Kroll, sobre os grupos chineses que assumem altas dívidas. Esses tipos de créditos “se tornaram bem comuns, mas têm derrubado muitas empresas chinesas”, acrescentou.

Além disso, a ascensão de Jia, de vendedor de maçãs nas ruas a magnata ligado a altos nomes da área de financiamento estatal, permite vislumbrar como boas relações com o governo têm ajudado empresários a acumular riqueza pessoal - e como ela pode ser dizimada com a mesma rapidez quando há viradas na maré política.

Ele sobreviveu à investigação em 2018 de autoridades chinesas sobre corrupção no setor financeiro, mas seus negócios internacionais estão em frangalhos e a queda livre no valor das ações de suas empresas de capital aberto fez com que milhões de dólares de sua riqueza evaporassem.

A ConsMin agora corre o risco de se tornar um dano colateral, já que a falta de pagamento das dívidas poderia ameaçar ainda mais suas operações, segundo fontes. “Podem esperar ver mais desse tipo de coisas”, disse um executivo de banco de investimento que atua em fusões internacionais chinesas. “Para ver mais empresas [estrangeiras] que ficam em má posição em razão de alavancagem excessiva na controladora chinesa.”

Jia é um improvável magnata das finanças e mineração. Sexto de 13 filhos, nasceu em 1962, em uma cidade pobre na província de Ningxia, oeste da China, segundo carta escrita pela filha e publicada na conta oficial da Tian Yuan em uma rede social on-line em 2018. A carta foi posteriormente apagada e não foi muito noticiada na imprensa.

Quando adolescente ele vendia maçãs nas ruas, mas logo percebeu que a caixa de papelão na qual elas vinham valia mais que a fruta. Então, abriu uma fábrica de papelão, segundo a carta, embora não tenha ficado claro com que dinheiro financiou o empreendimento.

O golpe de sorte veio em 2003, quando usou os lucros da fábrica para comprar uma mineradora de manganês falida, por uma fração do que valia anteriormente, que ele acabou transformando em uma empresa com dezenas de milhares de funcionários.

“Meu pai nunca sonhou em se tornar o homem mais rico de Ningxia”, escreveu a filha. Embora ele tenha seu próprio jato particular, disse ela, “ele mantém as

qualidades de um camponês em sua vida diária: não fuma, não bebe, não joga e não gasta em luxos”.

Documentos oficiais da empresa mostram que em 2014 Jia começou a fazer negócios com a Huarong, a mais poderosa das quatro firmas estatais de gestão de ativos, com foco em dívidas inadimplentes e é liderada por um carismático executivo chamado Lai Xiaomin.

Não está claro como Lai e Jia se conheceram. Muitas fontes próximas à Huarong dizem que a relação data de muitos anos e que Jia foi se beneficiando à medida que Lai transformava a Huarong em um banco de investimento global, com diversas subsidiárias registradas em Hong Kong.

Em 2016, Jia comprou participações de 16% no China HKBridge, um grupo de investimentos de capital aberto, e de 20% na Huarong International, uma divisão da área de banco de investimento pertencente ao grupo de Lai.

No ano seguinte, Jia comprou 20% da Huarong Investment e 1,1 bilhão de ações do China Citic Bank International, o braço internacional de capital fechado de um poderoso banco estatal. Ele também se tornou investidor “cornerstone” (que subscreve antecipadamente grandes fatias de ações em aberturas de capital) no Bank of Jinzhou, um banco que precisaria de socorro governamental dois anos depois.

No mesmo ano, Jia concluiu a compra da Consolidated Materials, que era do bilionário ucraniano Gennadiy Bogolyubov, acionista do Privat Group.

O negócio rendeu a Jia o apelido de “rei do manganês” na imprensa chinesa e fez da Tian Yuan a maior produtora mundial do ingrediente usado na produção de aço.

Em 2017, os investimentos de Jia em Hong Kong valiam mais de US\$ 2 bilhões, segundo cálculos do “Financial Times” baseados em documentos enviados à Bolsa de Valores de Hong Kong. Em 2018, sua riqueza total era estimada em cerca de US\$ 3,6 bilhões pelo grupo de análises de mercado Hurun, mais conhecido por sua lista anual dos mais ricos da China.

A maioria dos grandes investimentos da Tian Yuan esteve ligada ao conglomerado do estatal Citic ou à Huarong e cada um deles criou novas fontes de alavancagem com dívidas para Jia.

Em 2016, a Huarong International emprestou-lhe 500 milhões de dólares de Hong Kong (US\$ 64,5 milhões). Em 2017, a China HKBridge concedeu crédito de 900 milhões de dólares de Hong Kong, garantidos pelo Bank of Jinzhou, à

Ascend Trade, uma empresa que, segundo documentos oficiais e balanços financeiros, é controlada pelo diretor de recursos humanos da Tian Yuan.

O exemplo mais ousado de alavancagem via dívidas por parte de Jia foi colocar a ConsMin como garantia para um crédito bancário de US\$ 450 milhões para a controladora da Tian Yuan. Para conseguir o dinheiro ele recorreu ao conglomerado Citic. Um braço bancário do grupo concedeu o crédito apenas um ano depois de Jia ter se tornado um grande acionista da Citic International, em Hong Kong.

O patrimônio líquido da ConsMin era avaliado, em 2017, em apenas US\$ 234,5 milhões, bem longe do que a maioria dos bancos internacionais consideraria suficiente para garantir um crédito de US\$ 450 milhões. Fontes com conhecimento direto da operação de crédito disseram que a concessão não teria sido possível sem conexões próximas a bancos estatais.

O tamanho e as condições do crédito nunca foram revelados publicamente, mas o balanço anual de 2017 da ConsMin declarava que a garantia não representava risco real à empresa e que a probabilidade de inadimplência da Tian Yuan era de apenas 0,01%.

Menos de um ano depois, em abril de 2018, Lai, da Huarong foi preso por acusações de corrupção como parte de uma ofensiva governamental de vários anos contra a alavancagem excessiva, que envolveu muito de seus associados, incluindo Jia. A polícia acabou encontrando três toneladas de dinheiro em uma das casas de Lai, segundo a imprensa local.

A queda de um dos homens mais poderosos do setor financeiro estatal da China provocou tremores por todo o mercado.

A Tin Yuan e a ConsMin não responderam aos pedidos para comentar o assunto.

“Políticos e capitalistas ligados a eles ascendem e caem juntos, então os segundos precisam ver com cuidado a quem atrelam seus destinos”, disse Yuen Yuen Ang, da Universidade de Michigan, e autora de “China’s Gilded Age: The Paradox of Economic Boom and Vast Corruption” (a era dourada da China: o paradoxo do boom econômico e da ampla corrupção, em inglês). (Tradução de Sabino Ahumada)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Lupa

PAINEL S.A

A conta de energia vai entrar na lista de dados do consumidor analisados por birôs de crédito para compor o cadastro positivo. A Abradee (associação de distribuidores de energia elétrica) vai assinar um acordo com a ANBC (entidade que representa os birôs) para que o histórico de pagamento da fatura seja usado na concessão de empréstimo.

Parcelas

Um dos esforços para tentar reduzir as taxas de juros pagas pelos consumidores no Brasil, o cadastro positivo começou a funcionar em janeiro deste ano, mas coletando apenas informações do sistema bancário.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/08/2020****Seção: Mercado****Autor:****Título: Senado aprova projeto que cria fundo para gasodutos com renda do pré-sal**

O Senado aprovou na noite desta quinta-feira (13) o projeto que cria o Brasduto (Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção).

O fundo, que deve bancar a construção de gasodutos, será abastecido com recursos obtidos com a exploração do pré-sal.

O texto segue para sanção presidencial.

Os recursos do pré-sal, que hoje são inteiramente destinados ao fundo social, serão divididos em 20% para o Brasduto e 30% para os fundos de participação de estados e municípios.

Os 50% restantes permanecerão com o fundo social.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 14/08/2020****Seção: Cotidiano****Autor: Fernanda Canofre****Título: Vítimas de Brumadinho enfrentam recursos da Vale**

Moradores da cidade questionam mineradora por indenizações e cortes no auxílio emergencial

Fotos em família, comprovante de residência e uma carteirinha do plano de saúde da Vale, em que ele aparecia como dependente, não foram suficientes para que Igor de Oliveira Júnior, 25, fosse reconhecido como familiar do padrasto Renato Vieira Caldeira pela mineradora.

A família de Renato, um dos 272 mortos no rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, tentou fechar acordo com a empresa, mas a exclusão do enteado os levou a entrar com ação na Justiça trabalhista.

Enquanto a Vale retoma a política de dividendos para acionistas, depois de ter lucro de R\$ 5,3 bilhões no segundo trimestre de 2020, uma decisão no Tribunal Regional do Trabalho em Minas Gerais reduziu a indenização a ser paga à família.

A decisão em segunda instância veio depois de recurso apresentado pela Vale, que negou ter culpa pelo rompimento e disse ter tomado todas as medidas para garantir a segurança da barragem. A determinação em primeiro grau previa pagamento de R\$ 650 mil à mulher e a cada um dos dois filhos biológicos e R\$ 400 mil ao enteado.

Em comparação, o acordo coletivo homologado pela Justiça do Trabalho no ano passado previa pagamento de R\$ 700 mil para cada cônjuge e filhos, sendo R\$ 500 mil por dano moral e R\$ 200 mil a título de seguro adicional por acidente de trabalho. O acordo teve adesão de mais de 80% das famílias, segundo o Ministério Público do Trabalho.

No caso de Renato, a nova decisão no caso considerou constitucional um artigo da legislação trabalhista que define teto equivalente a 50 salários do trabalhador (R\$ 3.495, no caso dele). Mulher, filhos e enteado devem receber R\$ 174.750 cada por danos morais, totalizando R\$ 700 mil, além de danos materiais.

“Queria fechar logo esse capítulo”, diz Inara Vieira Caldeira, 21, filha de Renato. Ela tentou fechar o acordo, mas a empresa disse que só valeria com toda a família aceitando. “Eles não estão nem aí para a dor que a gente sentiu, as coisas que a gente passou.”

Segundo dados do Observatório Nacional Sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), há 3799 processos na Justiça estadual, 1.442 na trabalhista e 5 em

âmbito federal, relacionados ao rompimento da barragem em Brumadinho. Destes, 4.201 seguem ativos.

Na Justiça do Trabalho, há 124 em recurso, na segunda instância. O tribunal não tem levantamento de quantos foram apresentados pela Vale. A mineradora não respondeu ao questionamento da Folha.

As famílias de Camila Taliberti da Silva, Luiz Taliberti Ribeiro da Silva, da mulher dele, Fernanda Damian de Almeida, e de Lorenzo, que estava na barriga da mãe, grávida de cinco meses, também enfrentam recurso da Vale, mas no âmbito cível. Uma decisão de setembro do ano passado definiu indenização de R\$ 11,8 milhões.

Eles estavam na Pousada Nova Estância, que foi soterrada pela lama. A Vale apelou pedindo que o valor fosse reduzido e questionando o reconhecimento de Lorenzo como vítima, segundo a defesa das famílias. No recurso, a mineradora cita um caso de morte por erro médico onde o valor da indenização foi fixado em R\$ 100 mil.

O valor inicial pedido pelas famílias era R\$ 40 milhões, R\$ 10 milhões por cada vítima, levando em consideração a indenização calculada em um documento da própria Vale, definida em US\$ 2,6 milhões para cada vida. O processo de Renato também pedia um valor inicial com base no documento.

Há relatos de demora no pagamento de indenização para outros atingidos pelo desastre, além das famílias das vítimas, em ações e acordos com a mineradora.

O pagamento emergencial, que havia sido definido para todo o município, foi reduzido pela metade em 2020, exceto para bairros mais afetados. Por decisão própria, porém, a Vale decidiu estender o pagamento integral a outros bairros da cidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: A renovação da economia

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Cinquenta milhões de hectares de pastagens produzem menos da metade do que poderiam produzir porque o solo perdeu qualidade. Isso é território equivalente a dois terços do Reino Unido. Imagine que o país invista em tecnologias simples, como curva de nível? Isso elevaria em R\$ 20 bilhões a

capacidade de geração de renda da mesma área. A pecuária tem 28% de ineficiência, se ela fosse combatida, o país poderia produzir 10% a mais no mesmo espaço, isso seriam 20 milhões de cabeças de gado. Além disso, deixariam de ser derrubados 15 milhões de hectares de floresta.

Se agente fizer contas assim chegará a bilhões ou trilhões de reais acrescidos ao PIB brasileiro.

Foi isso que o WRI Brasil fez para calcular o quanto o país tem a ganhar se escolher uma nova forma de produzir na retomada da economia. O mundo inteiro está discutindo isso — é o chamado green new deal — e a conclusão mais inteligente é que adotando medidas para converter a economia para novos padrões de baixa emissão o país cresce mais e melhor. E gera mais empregos. O número final impressiona. O PIB pode crescer 38% a mais até 2030, no melhor cenário, o que significa R\$ 2,8 trilhões.

— O Brasil tem 200 milhões de hectares de pastagem, 70% das pastagens brasileiras tem algum nível de degradação. Sem proteção básica do solo, a chuva leva todo o fertilizante e é preciso colocar mais. Em vez de recuperar esse solo já ocupado, o país avança sobre a floresta e desmata. De cada 10 hectares de pasto na Amazônia, sete foram de desmatamento dos últimos 35 anos — diz Rafael Barbieri, economista sênior do WRI.

Ou seja, a cada ano o país perde bilhões com a queda de produtividade das pastagens, além disso destrói floresta, que ao ser derrubada diminui o fluxo de água nos rios, onde hidrelétricas produzem menos energia. É um círculo vicioso. O país perde de várias maneiras com essas opções. E se em cada área os novos investimentos fossem diferentes? Essa foi a pergunta básica no estudo que reuniu especialistas da organização, professores da UFRJ, como Roberto Schaeffer, da PUC-Rio, ex-ministros como Joaquim Levy, estudiosos do Banco Mundial. Parece impossível que o governo atual faça as escolhas certas. Por isso eu perguntei para Carolina Genin, diretora de Clima do WRI, por que lançar o estudo neste momento:

— O trabalho começou há um ano e meio e replica para o Brasil uma pergunta que tem sido feita no mundo: se a transição para a economia de baixa carbono é benéfica. A conclusão é que sim e há muitas evidências. A agricultura, infraestrutura e indústria estão preparadas. Em alguns casos, é apenas dar escala ao que já fazemos. Nosso público alvo é o setor corporativo e o setor financeiro. E é uma linha de base para conversa com o Congresso. Seria um erro fazer o estudo pensando apenas no governo federal. Queremos fomentar o debate. É uma discussão de país.

No Brasil, o governo está dividido por uma discussão de meados do século passado: se é o Estado ou o setor privado que deve tocar o investimento. Em torno disso digladiam-se os ministros. O que deveria estar em debate é o que se discute no mundo hoje. Por exemplo, o que eles chamam de “infra-estrutura de qualidade’. Parece um conceito abstrato. Rafael Barbieri dá um exemplo para o tornar concreto. Belo Monte foi construída tendo como base o regime de chuvas e o curso hídrico do passado. Só que está chovendo menos e o fluxo dos rios será menor com a mudança climática. O país construiu uma usina gigante que ficará ociosa em grande parte do tempo.

— Ela foi obsoleta na sua concepção. Com menos fluxo de água, ela vai gerar menos, ter menos receita e demorar mais a se pagar. Hoje, considerar os efeitos climáticos ao projetar uma obra é gestão estratégica de risco — diz Rafael Barbieri.

No mundo atual, mais do que apenas crescer é preciso saber como crescer. A opção por uma economia de baixo carbono é naturalmente a escolha de tecnologias novas. Ônibus elétrico, em vez dos velhos, a diesel, tem inovação embutida e custos menores em várias áreas. Na saúde, por exemplo. O texto sustenta que a transição energética para tecnologias de baixa emissão não é uma questão de “se”, mas de “quando’. Uma das sugestões é usar o gás como combustível de transição, nos navios de cabotagem, por exemplo.

No longo estudo, há exemplos e números que levam a uma constatação: essa é a nova economia. Se não for por aí, o Brasil ficará no passado.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1893 JULIO MESQUITA (1862 - 1947)

Sexta-feira 14 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46322

estadão.com.br

Governo diz defender teto, mas busca R\$ 5 bi extras para obras

Medida provisória em elaboração deve liberar emendas parlamentares e recursos para dois ministérios

O governo prepara medida provisória que abre crédito extraordinário de pelo menos R\$ 5 bilhões para o custeio de investimentos em infraestrutura e ações indicadas por parlamentares. Os ministérios estão elaborando uma lista de obras que podem ser contempladas, mas ainda não há definições. O acordo foi selado antecipe em con-

versa do presidente Jair Bolsonaro com ministros e parlamentares, e pouco antes de o presidente defender em pronunciamento a manutenção do teto de gastos. O mecanismo do crédito extraordinário é uma das poucas exceções possíveis para que despesas fixas livres de limitações impostas pelo teto de gastos. Entre R\$ 1,5 bilhão e

R\$ 2 bilhões devem ir para ações do Ministério do Desenvolvimento Regional. A Infraestrutura pode receber R\$ 2,5 bilhões. Haverá ainda uma reserva de recursos a ser destinada a obras indicadas diretamente pelos parlamentares. A promessa de liberação dos R\$ 5 bilhões foi antecipada pela *Coluna do Estadão*. **ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3**

● **Ensino privado quer ajuda estatal**
Senadores prepararam, a pedido de escolas e universidades particulares, pacote que pode chegar a R\$ 53 bilhões. Se aprovadas, medidas passariam a valer no segundo semestre letivo deste ano. O Ministério da Economia é contra. **POLÍTICA / PÁG. B6**

Juiz do STJ determina que Queiroz vá para cadeia

O ministro Félix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determinou ontem que o ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz e sua mulher, Márcia Aguiar, deixem a prisão domiciliar e voltem para a cadeia. A prisão domiciliar havia sido determinada pelo presidente do STJ, João Otávio de Noronha, em julho, durante o recesso do Judiciário. Fischer alegou questões processuais em sua decisão. **POLÍTICA / PÁG. A4**

Morador de SP que trabalha fora se infecta 3 vezes mais

Moradores da cidade de SP que saem para trabalhar têm três vezes mais riscos de contrair a covid-19. Segundo a Prefeitura, que faz o estudo sorológico, 10,9% da população com mais de 18 anos tem anticorpos do coronavírus, ou 1,3 milhão de pessoas. A avaliação é de que há estabilização da doença, mesmo com os dois meses de reabertura gradual do comércio e de serviços. **METRÓPOLE / PÁG. A10**

● **A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)**

TOTAL DE MORTES	105.564
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	1.301
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	989
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	3.229.621
NOVOS CASOS DE TESTADOS EM 24H, ATÉ AS 23H DE ONTEM	59.147
TOTAL DE RECUPERADOS*	2.356.640

*NÚMERO DE HOSPITALIZAÇÕES SAÍDO

● **Cloroquina mais fácil**
Hidroxicloroquina e ivermectina, remédios sem eficácia comprovada contra a covid, poderão ser comprados sem retenção da receita. **PÁG. A12**

Teste sorológico de covid será coberto por plano

Decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) determina que os planos de saúde paguem testes sorológicos para detecção do novo coronavírus. A cobertura vale para segmentações ambulatorial, hospitalar e referencial. Um outro tipo de teste, o RT-PCR, já estava incluído na cobertura obrigatória desde março. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

China diz ter achado vírus em frango brasileiro

A informação de que uma autoridade chinesa encontrou traços de coronavírus em embalagem de frango de origem brasileira causou apreensão no agronegócio. O produto teria saído de um frigorífico catarinense. Fontes do setor descartaram um embargo no curto prazo, mas disseram que a possibilidade de barreira não é nula. **ECONOMIA / PÁG. B8**



Da época em que não havia gelo na Antártida

Cientistas brasileiros apresentaram uma nova espécie de lagostim, que viveu há 75 milhões de anos na Antártida. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

NA QUARENTENA

DESIGN DOS NOVOS TEMPOS

- Arquitetos e designers de todo o mundo imaginam objetos após a covid. **PÁG. H1**



PARA ASSISTIR COM FILHOS MAIS VELHOS

No streaming, reality shows divertidos e educativos. **PÁG. H2**

GIM COM SABOR BRASILEIRO

Destilado é incrementado com especiarias locais. **PÁG. H6**

Faxina para a reabertura

Militares do Exército e da Marinha fazem desinfecção para a reabertura do Cristo Redentor, amanhã. O trem do Corcovado também voltará a circular, com capacidade reduzida para 80 passageiros. **METRÓPOLE / PÁG. A10**



STF menciona 'arapongagem' e limita atuação da Abin

Em uma sessão marcada por recados ao governo Bolsonaro, o Supremo Tribunal Federal impôs limites à atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A Corte decidiu, por 9 votos a 1, que todo pedido de compartilhamento de dados com outros órgãos de informação do governo deve ocorrer só quando houver evidente interesse público. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Israel fixa laços com Emirados e revê anexações

Em acordo anunciado ontem por Donald Trump, Israel e Emirados Árabes vão normalizar suas relações diplomáticas. Os israelenses assumiram o compromisso de suspender a intenção de anexar parte do território ocupado da Cisjordânia. Desde sua fundação, em 1948, Israel não tinha relações com países do Golfo Pérsico. **INTERNACIONAL / PÁG. A7**

Congresso vai retomar reforma administrativa

Lideranças parlamentares querem votar projetos de reforma administrativa que tramitam no Congresso. Objetivo é pressionar o governo a apresentar seu plano. **ECONOMIA / PÁG. B4**

Eliane Cantanhêde

Bolsonaro e Guedes são como água e azeite. É questão de tempo jogar Guedes ao mar. **POLÍTICA / PÁG. A5**

Celso Ming

Paulo Guedes, o Posto Ipiranga, perde gasolina na sua pauta liberal de reformas. **ECONOMIA / PÁG. B2**

NOTAS & INFORMAÇÕES

As promessas do presidente

Ao fazer pronunciamento para dizer que está comprometido com o teto de gastos, ficou claro que Jair Bolsonaro foi obrigado a dar satisfação a Paulo Guedes. **PÁG. A3**

Os cargos do Ministério Público

Para que possa servir de fato à sociedade, o MP deve estar apenas sob o jugo da lei. **PÁG. A3**

Tempo em SP 16º Mil. 29º Mil.



FOLHA DE S. PAULO

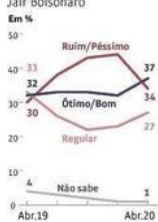
DESDE 1921 **★ ★ ★** UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.371

SEXTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 5,00

Avaliação do presidente
Jair Bolsonaro



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 11 e 12 de agosto, com 2.065 brasileiros adultos que possuem telefone celular em todas as regiões e estados do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Bolsonaro tem aprovação recorde; rejeição cai 10 pontos

Melhora do presidente no Datafolha ocorre junto com moderação de tom e distribuição de auxílio

Jair Bolsonaro está com a melhor avaliação desde que começou o seu mandato. Segundo o Datafolha, 37% dos brasileiros consideram seu governo ótimo ou bom, ante 32% na pesquisa anterior, realizada em 23 e 24 de junho.

Houve acentuada queda na curva da rejeição. Passaram de 44% para 34% os que o julgam ruim e péssimo. O instituto ouviu por telefone 2.065 pessoas na terça (11) e quarta (12). A margem de erro é de dois pontos.

A melhora nos números ocorre junto com uma mudança de perfil do presidente. Principalmente após a prisão de Fabrício Queiroz, moderou declarações contra adversários e parou de municiar apoiadores radicais.

Com a distribuição do auxílio emergencial, Bolsonaro ampliou ações no Nordeste, onde sua reaprovação foi de 54% para 35%. A região tem 27% da população brasileira, e 45% de seus habitantes pediram o benefício. Poder A4

Maioria tem usado ajuda do governo para comprar comida A16

Análise Mauro Paulino e Alessandro Janoni
Vulneráveis rendem apoio inédito sob pandemia AS

Ministro do STJ decide que Queiroz volte à prisão

O ministro Felix Fischer, relator no Superior Tribunal de Justiça do caso da "rachadinha" na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), decidiu ontem mandar o PM aposentado Fabrício Queiroz de volta para a cadeia.

A medida vale também para a mulher de Queiroz, Márcia Oliveira de Aguiar, que estava em prisão domiciliar depois de ficar fofegada da Justiça. Poder A6

Filha de Queiroz parou repasses logo após suposto vazamento

Angela Alonso Brasil de Caetano e de Bolsonaro

As famílias de ambos se assemelham num ponto: os pais subiram e legam aos filhos oportunidades e recursos para seguir no topo. Os menos sortudos no nascimento ficam onde estavam seus ancestrais: na subalternidade. Poder A6

Gleisi diz que petistas têm de apoiar Tasso e fala em usar estatuto

Câmara de SP aprova fim do salário-esposa para servidores

Vítimas de Brumadinho enfrentam recursos da Vale para indenização

EDITORIAIS A.2

Bolsonaro em alta
Sobre avaliação do governo, segundo o Datafolha.
O despalte do tribunal
Acerra de pleito por mais verbas do TJ de São Paulo.



Pandemia no Brasil

Brasil	Total	Óbitos*	Variação**
Casos	3,2 mil	44,6 mil	+3,6%
Óbitos	105,6 mil	989	+3,4%

Dados das 20h de 13 ago. *Média móvel de 7 dias **Em relação a 14 dias



Ricardo Moraes/Reuters

CRISTO REDENTOR PASSA POR DESINFECÇÃO ANTES DE REABERTURA

Integrantes das Forças Armadas trabalham na limpeza das áreas de visitação do monumento, que voltará a ser aberto ao público amanhã, no Rio Saúde B1



Gramado do Canindé, em São Paulo Eduardo Anzillo/Folhapress

Esporte B15

Centenário da Lusa

Pandemia do novo coronavírus atrapalha os planos da Portuguesa, que esperava atrair investidores e reduzir as dívidas no aniversário de 100 anos da fundação do time rubro-verde, comemorado hoje.

Guia B14

Confira locais que voltam a ser opção a quem quer sair para comer à noite em SP

Guia B11

Cultura nerd é tema de evento online com programação gratuita de três dias

Em SP, Covid-19 é mais prevalente entre os jovens

O índice de infecção por coronavírus entre os jovens de 18 a 34 anos é de 177%, o maior entre as faixas etárias, mostra inquérito sorológico da Prefeitura de São Paulo. Estudo também indicou que cerca de 1,3 milhão de pessoas já se infectaram. Saúde B1

Rússia muda dados sobre vacina em base internacional

Informações oficiais sobre os testes da vacina contra a Covid-19 da Rússia foram modificadas na base internacional que registra experimentos com humanos na quarta-feira (12) — um dia após a divulgação da aprovação regulatória do imunizante no país. Saúde B2

Imposto de Guedes pode ter alcance maior que a CPMF

Apesar de ter sido batizado por Paulo Guedes (Economia) de "imposto digital", o novo tributo sobre transações financeiras a ser proposto pelo governo deve incidir sobre saques em dinheiro e pode ter espectro mais amplo do que a extinta CPME. Mercado A14

Capital interdita 79 bares e restaurantes em 7 dias

Saúde B1

China detecta coronavírus em frango brasileiro

A China disse ter achado coronavírus em carga de frango brasileiro, de fábrica da Aurora. Tereza Cristina (Agricultura) declarou não crer em dano à exportação. A OMS não vê motivo de alarme. A empresa afirmou aguardar comunicação oficial. Mercado A19

Israel e Emirados reatam laços com ajuda de Trump

Com intermediação de Donald Trump, Israel e Emirados Árabes Unidos chegaram a um acordo histórico para normalizar suas relações diplomáticas. Pacto deve enfraquecer Irã na região e ser usado pelo líder dos EUA na campanha à reeleição. Mundo B10

“Ideia de furar teto existe, o pessoal debate, qual o problema?”

Jair Bolsonaro
Em live ontem, um dia após ter afirmado que respeita o teto de gastos. Mercado A15

Maia fala em convencer presidente sobre reforma administrativa

AUDIÊNCIA/MÉS
PÁGINAS VISTAS 197.389.357
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131

SEGUNDO EM QUARENTENA

Estrela do pop latino, a americana Gloria Estefan lança disco com seus hits regravados como se fossem canções da MPB



Vasco: Time estreia com vitória no Brasileiro PÁGINA 22

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — 1980 — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2020 ANO XLV - Nº 31.764 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 3ª EDIÇÃO



Chamas e migração forçada no Pantanal

Caminhão-pipa e avião combatem incêndio no Pantanal, que ontem registrou 1,2 milhão de hectares atingidos. Fogo vem causando o êxodo de povos ribeirinhos no Mato Grosso do Sul. PÁGINA 9

DE VOLTA A BANGU

Ministro do STJ manda prender Queiroz e Márcia

Félix Fischer revoga prisão domiciliar de ex-assessor de Flávio

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Félix Fischer revogou ontem a prisão domiciliar de Fabricio Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Alerj, e da mulher de

le, Márcia Aguiar. Queiroz havia sido libertado por liminar do presidente do STJ, João Otávio Noronha, durante plantão do Judiciário, uma semana após ser preso em Atibaia (SP).

Hoje, o STJ deve intimar o Tribunal de Justiça do Rio a cumprir a nova ordem de prisão. O TJ-RJ também deverá analisar habeas corpus já apresentado pela defesa de Queiroz. PÁGINA 4

MERVAL PEREIRA

STF defende liberdades ao limitar atuação da Abin PÁGINA 2

FLÁVIA OLIVEIRA

Falar de racismo o tempo todo machuca e cansa PÁGINA 3

BERNARDO MELLO FRANCO

Pazuello manipula números e oculta cadáveres à OMS PÁGINA 5

PESQUISA DATAFOLHA

Bolsonaro tem a maior aprovação desde o início do mandato PÁGINA 6

STF reforça limites à atuação da Abin

Em julgamento referente à atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), os ministros do STF ressaltaram que a coleta de informações deve ser feita dentro da legalidade. Em seu voto, a ministra Cármen Lúcia destacou que "arapongagem praticada pelo Estado é ilícito gravíssimo". PÁGINA 5

ENTREVISTA/RICARDO BARROS

'Apoio se constrói a partir de uma base sólida'

O deputado Ricardo Barros (PP-PR), novo líder do governo na Câmara, vê como natural que partidos da base indiquem nomes para ocupar cargos no Executivo. Ele diz que a reforma tributária vai avançar rápido e a administrativa é um dos compromissos de Bolsonaro. PÁGINA 6

Pró-Brasil é adiado; Bolsonaro fala sobre 'ideia de furar teto'

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), afirmou que o programa Pró-Brasil será lançado só em 2021, mas R\$ 5 bilhões devem ser liberados para obras neste ano. Bolsonaro admitiu que "a ideia de furar o teto existe" no governo e perguntou, em live: "Qual o problema?". PÁGINA 5

Só faltava essa no cardápio!



— Não dá pra cozinhar melhor esta coxinha? CHYR

Ex-secretário de Saúde do Rio gravou políticos

Ao perceber que era "fritado", o ex-secretário estadual de Saúde Edmar Santos, acusado de desvio de verbas na pandemia, gravou conversas com integrantes do Executivo e do Legislativo estadual, inclusive o governador Wilson Witzel. O arquivo faz parte do acordo de delação premiada homologado pelo STJ. PÁGINA 10



'Room office', o novo uso do hotel

Com prejuízos acumulados de R\$ 720 milhões e 20 mil empregos em suspensão, os hotéis do Rio oferecem novos serviços, como o "room office", que o médico Camilo Abudusa para as teleconsultas. PÁGINA 14

ORIENTE MÉDIO

Emirados Árabes Unidos fazem acordo histórico com Israel PÁGINA 19

TESTE PARA COVID-19

Planos terão que cobrir sorologia para quem tiver sintomas PÁGINA 16

ACHADO POLÊMICO

China diz que detectou coronavírus em frango brasileiro PÁGINA 18

VOLTA ÀS AULAS

'Não dá para esperar pela vacina', diz ex-secretário de Mandetta PÁGINA 8

CONTAGIADOS 3.229.621 | MORTOS 105.564
FONTE: CONJUNTO DE REGRAS DE IMPRENSA

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1940, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 20.901 • 26 PÁGINAS • R\$ 2,50

Tráfico de cobras tinha até rifas em faculdade

Reportagem



Piton-indiana teria sido vendida por Pedro Lehmkühl (ao lado) a um colega

A Polícia Civil indiciou Pedro Henrique Krambeck Lehmkühl, de 22 anos, por tráfico de animais e associação criminosa, com pena prevista de até 30 anos de prisão. A mãe, o padrasto do jovem e mais oito pessoas foram indiciadas no inquérito, aberto após Pedro ter sido picado por uma cobra naja. Uma professora universitária e um oficial da Polícia Ambiental do DF estão na lista dos envolvidos. Segundo o delegado Willian Andrade, o esquema ilegal para criação, compra e venda de animais silvestres e exóticos começou em 2017, na faculdade onde Pedro estudava medicina veterinária. "Os estudantes chegavam a fazer rifas de cobras. Concluímos que o comércio de animais é algo banalizado", disse Andrade.

PÁGINA 18

Planos de saúde terão de cobrir teste para covid

Exame de anticorpos IgG está incluído entre os procedimentos obrigatórios das seguradoras. A regra só vale para pacientes após o oitavo dia do surgimento dos sintomas. PÁGINA 7

Incerteza sobre a volta ameaça escolas privadas

Sindicato dos colégios estima que mais de 100 estabelecimentos fecharão as portas se reabertura ocorrer no fim do ano. Indefinição e disputa judicial podem provocar mais demissões de professores e funcionários.

PÁGINA 16

Cenário ruim para o retorno às aulas

Em entrevista ao *CB Saúde*, o epidemiologista Jonas Brant afirma que, do ponto de vista científico, o atual momento da epidemia não permite atividades nas escolas. "Numa escola com 300 crianças, a probabilidade de que uma delas tenha o vírus é muito grande", justificou.

PÁGINA 15

Soro obtido de plasma de cavalo detém vírus

PÁGINA 13

Um show de drive-in!



Com capacidade para 600 carros, evento terá sete fins de semana com atrações musicais, infantis e de humor.

PÁGINA 22



O cacique da cloroquina

De cocar e com máscara pendurada na orelha, Bolsonaro provoca aglomeração ao inaugurar obra no Pará e volta a defender o uso da hidroxiquina contra o coronavírus. Ele disse que as mais de 100 mil mortes no país poderiam ter sido evitadas com o medicamento, apesar de, até aqui, diversos estudos científicos atestarem que a droga faz mais mal do que bem a pessoas com a doença. PÁGINA 6

Dallagnol aposta em diálogo com Aras

Coordenador da Lava-Jato em Curitiba avalia, em entrevista ao *Correio*, que o PGR mudaria de postura sobre a operação se a conhecesse a fundo. "O tamanho e a complexidade de um caso desses tornam, muitas vezes, difícil seu entendimento", diz. Deltan Dallagnol acredita que seu eventual afastamento da força-tarefa enfraqueceria a independência do Ministério Público. PÁGINA 2

Exportação

OMS descarta risco em frango

China diz que amostra de produto brasileiro tinha vestígio da covid. Organização indica que não há transmissão do vírus pelo consumo de carne contaminada. PÁGINA 9

Rachadinha

STJ devolve Queiroz à cadeia

A mulher do ex-assessor de Flávio Bolsonaro também será presa, decide Justiça. Casal estava em prisão domiciliar, acusado de desvio de salários em gabinete. PÁGINA 3

Acordo histórico entre Israel e Emirados Árabes

Sob mediação dos EUA, líderes decidiram estabelecer relações inéditas. É a terceira vez que um país árabe firma pacto com o Estado judeu. Documento será assinado na Casa Branca. Palestinos veem "traição". PÁGINA 12



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(11) 99256.3846

DIVERSOS ASSOCIADOS DA